



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 18 - Nº 334 - DE 13 a 28 DE FEVEREIRO DE 2007 - R\$ 2,00

Abaixo o PAC antioperário de Lula!

Não à reforma da Previdência!

Não ao Fórum Nacional da Previdência!

Fora o arrocho salarial do PAC !

Em defesa das reivindicações das massas!

Chinaglia vence com apoio do PSDB:

O governo Lula cada vez mais dependente do PMDB

**Encontro do PT, Plenária de Servidores Públicos:
apoio (quase nada) crítico ao PAC**



Bolívia:

as massas seguem sua luta.

Evo continua seu teatro.

**Os EUA preparam
ataque ao Irã,
a partir do Iraque
FORA O IMPERIALISMO
DO ORIENTE MÉDIO!!**



Não à reforma da Previdência!

Não ao Fórum Nacional da Previdência!

Fora o arrocho salarial do PAC !

Os capitalistas vêm fazendo uma ampla campanha para que o governo mais uma vez ataque a Previdência. Dizem que o Brasil não cresce por culpa do sistema previdenciário. Também acusam a folha de pagamento dos funcionários federais e os miseráveis aumentos do salário mínimo. Queriam que o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) já contivesse nova reforma da Previdência. O governo respondeu às pressões criando o Fórum Nacional da Previdência. A burocracia sindical da CUT, Força Sindical etc apoiou a iniciativa e certamente vai participar deste jogo, como já fez perante as reformas de FHC e Lula.

É necessário que os operários e demais trabalhadores exijam a convocação de assembléias para organizar um movimento contra toda tentativa de novo ataque à Previdência e pela revogação das reformas de FHC/Lula. Nada de Fórum! Nenhuma participação da CUT e dos sindicatos! Organizar o movimento nos locais de trabalho e ganhar as ruas.

Frente ao mecanismo do PAC que impede a reposição das perdas passadas e frente aos limites impostos ao reajuste do salário mínimo, organizar a unidade do funcionalismo e de todos trabalhadores em defesa do fim do arrocho salarial e pelo salário mínimo vital.

O PAC recolocou a Previdência na linha de fogo

Com anúncio do governo Lula de que lançaria o Plano de Aceleração do Crescimento, as páginas jornalísticas jorraram análise e previsões sombrias sobre o déficit da Previdência e a necessidade de nova reforma. No dia seguinte ao lançamento do PAC, veio a grita contra o fato deste constar apenas a criação do Fórum Nacional da Previdência Social. Economistas, cientistas sociais, ex-ministros, que alugam seus cérebros para o capital, sentenciaram o fracasso do PAC por não ter atacado o grande vilão.

Pressionado, Lula explicou o que há

muito se sabia e se escondia – a Previdência não é responsável pelo déficit de R\$ 42 bilhões. A contabilidade incorporou a aposentadoria de milhões de camponeses que estavam fora do sistema, estabeleceu renúncia fiscal para instituições filantrópicas, redução de alíquota para pequenos e médios capitalistas (Super Simples). Somente a renúncia fiscal é estimada em R\$ 11,4 bilhões e a perda com a redução é de R\$ 5,1 bilhões.

Quer dizer o seguinte: o Estado assumiu com um salário de fome a aposentadoria dos camponeses para que a barbárie social do capitalismo não ressaltasse tanto e não fosse motivo de luta de classe no campo; favoreceu ao assistencialismo filantrópico, que serve de controle da crise social, também um breque às revoltas instintivas dos miseráveis; ajudou os pequenos e médios empresários a manterem seus lucros. E jogou as despesas nas costas da Previdência, motivo para várias reformas que golpeiam as condições de existência da esmagadora maioria dos assalariados.

Frente à exposição dessa fraude contábil contra os assalariados pobres, os radicais defensores concordam com o governo em separar as contas, mas dizem que isso nada muda. Mesmo o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, acenou para os banqueiros internacionais que alguma coisa tem de ser feita. Outros membros do governo dizem que é questão de tempo.

O que querem os sanguessugas dos trabalhadores? 1) Estabelecer um teto de idade para se aposentar. Dizem que hoje se vive mais, não bastam 35 anos produzindo montanhas de riqueza para a burguesia e recebendo um salário de fome, querem que se trabalhe 40, 45, 50 anos. Omitem o desemprego que acompanha a vida do trabalhador; 2) Reduzir o teto de R\$ 2. 800,00, para crescer o bolo da aposentadoria privada (complementar), querem lucrar ainda mais tirando maior fatia do salário; 3) Desvincular o reajuste salarial dos aposentados em relação ao reajuste dos trabalhadores da ativa.

Governo e capitalistas escondem a fonte de sangria do país

A real trava ao crescimento e a causa fundamental das altas taxas de juros – tão rechaçadas pelos industriais e seus porta-vozes alugados – permaneceram bem escondidas e intocadas. Trata-se das dívidas interna e externa que chegam 50% do PIB. A interna cresceu com a transferência de parte da externa e com os juros de agiotagem. O Tesouro paga cerca de R\$ 150 bilhões de reais aos banqueiros. E a dívida pública continua a se agigantar.

Os capitalistas reclamam do câmbio (Real valorizado frente ao dólar), combinado com as altas taxas de juros e com alta carga tributária, no entanto escondem que essa equação está em grande medida determinada pela monumental dívida. A brutal queda na capacidade do Estado de favorecer a burguesia nacional investindo no crescimento vem do confisco anual de riquezas para valorizar o capital parasitário. Para manter a sangria das dívidas interna e externa, tem de haver um culpado – o dedo dos algozes apontam a Previdência, ou seja, quem trabalha duramente para viver o dia a dia.

Nós trabalhadores diremos: vocês, capitalistas, são os únicos responsáveis pelo baixo crescimento, pelo desemprego de milhões e pela miséria da maioria. A Previdência mantém a pão e água a imensa maioria dos aposentados, a não ser os parlamentares, juizes, governadores e mais um punhado que pertence à corja. Nós trabalhadores acusamos vocês, capitalista e governos, de afundar o Brasil em dívidas e em juros.

Frente ao saque das dívidas, a solução é não pagar – já foram mais do que pagas.

A quem serve o PAC

O PAC está a serviço do grande capital, das empreiteiras, dos barões do aço, dos capitalistas da informática. A Parce-

ria Público Privada (PPP) significa colocar dinheiro público nas mãos desse capitalistas.

OPAC reduz ou isenta impostos aos poderosos monopólios, enquanto a população paga por eles. Promete grandes negócios aos capitalistas, enquanto limita os salários do funcionalismo e mantém o salário mínimo de fome.

Está aí porque os trabalhadores devem rechaçar o PAC de Lula e dos capitalistas e defender uma plataforma de luta.

Resposta operária

Denunciamos o PAC por servir aos capitalistas, por manter o salário mínimo de fome, por conter a reposição das perdas salariais do funcionalismo e por criar condições para se atacar a previdência.

Dizemos: *abaixo o PAC pró-capitalista*

lista e anti-operário!

Não nos enganarão com o conto do crescimento e da geração de empregos. O movimento operário luta pelo fim de todo desemprego. Nossa bandeira é a escala móvel das horas de trabalho (divisão das horas nacionais trabalhadas entre empregados e desempregados, sem redução dos salários).

Atarefa principal é acabar com a miséria de milhões, que mal conseguem comer, se vestir, se tratar. A pobreza e a miséria são outras grandes travas para as forças produtivas. Que nenhuma família de quatro pessoas viva com menos de R\$ 2.500,00 – este é o verdadeiro valor do salário mínimo vital.

Terra aos camponeses. A concentração agrária e a miséria de milhões de camponeses são outras travas. Expropriação sem indenização dos latifúndios.

Previdência: fora com a reforma destruidora. Anulação de todas as reformas dos governos FHC e Lula! Nenhum trabalhador sem previdência, estando empregado ou não.

Frente aos banqueiros e a todo tipo de agiota que sugam as riquezas do país: não pagar a dívida interna e externa, estatizar o sistema financeiro.

As multinacionais controlam a economia: expropriação e estatização.

Não será possível enfrentar a crise estrutural do capitalismo senão com o programa de transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva. Esse programa exige derrubar o poder da burguesia e instaurar um governo operário e camponês – ditadura do proletariado contra a minoria exploradora e espoliadora do país.

Fevereiro de 2007

PT vence com apoio do PMDB

As disputas em torno da presidência da Câmara expuseram a concorrência interburguesa em torno dos cargos no Parlamento. Ocupar um posto chave significa ter mais facilidades para barganhar o destino dos recursos do Orçamento, dos projetos governamentais etc. Os grandes partidos (PMDB, PT e PSDB) necessitam da presença nesses cargos que nomeiam as comissões e relatorias, responsáveis para dar o tom de legalidade e transparência aos negócios escusos dos burgueses e de seus representantes no Estado.

A vitória de Arlindo Chinaglia é a vitória do bloco governista, tendo à frente o PMDB, PT, PP, PTB e parte do PSDB. O PSDB, que havia declarado o voto em Chinaglia, apresentou seu parlamentar Gustavo Fruet para acalmar os ânimos dos indignados de sua bancada, mas no segundo turno os peessedebistas estavam livres para votar no petista. Foi o que permitiu a vitória de Chinaglia sobre Aldo Rebelo (PCdoB). Em troca, o PT concedeu ao PSDB a 1ª vice-presidência. O petista também fez amplo compromisso de “virar a página dos inquéritos das CPIs”.

Lembremos que as maiores doações para a Chinaglia (campanha para deputado) vieram das empreiteiras Camargo Correa, OAS e Vale do Rio Doce, por-

tanto interessadas nos programas do governo. Tiveram papel importante na vitória de Chinaglia os acordos com os governadores de São Paulo (Serra) e Minas (Aécio), que implicavam em apoio nas eleições para a presidência das Assembleias Legislativas.

A derrota de Aldo Rebelo, que foi apoiado pelo PFL, PSB, PDT, PCdoB etc, expressou a derrota dos partidos com menor expressão na Câmara e com poucos governadores. Embora apoiado, inicialmente, por Lula, não foi aceito como candidato dos grandes partidos porque seu partido não tem força no Estado, a não ser pelo PFL que usou Aldo para fazer oposição ao governo.

Lula procurou se distanciar das disputas para dar a impressão de neutralidade frente às decisões do legislativo. As desavenças entre o fiel escudeiro PCdoB ao governo Lula, que resultou em discursos inflamados de que surgia um bloco para a disputa presidencial em 2010, tenderão a se desfazer diante do compromisso de sustentabilidade governamental de Lula. Aldo serviu fielmente o governo Lula e o protegeu o quanto pôde da investida do PSDB/PFL, munidos dos escândalos de corrupção.

No Senado, a disputa entre PMDB (Renan Calheiros) e Agripino Maia (PFL) ficou obscurecida diante das dis-

putas na Câmara. O PT apoiou o PMDB, e o PSDB ficou com o PFL. O zigue-zague dos partidos no parlamento se explica por expressarem os interesses gerais da burguesia. Situação e oposição estão a serviço do capital. Dividem-se conforme as divisões interburguesas. Mas estão unidos na defesa do Estado e da propriedade privada dos meios de produção.

As eleições no Congresso serviram de demonstração de força dos partidos para negociar a composição dos ministérios. O PMDB, vitorioso nas eleições, certamente terá ministérios estratégicos. A governabilidade de Lula dependerá da força dos partidos da chamada base aliada, em cujo comando estará o PMDB. Trata-se de um governo burguês que atacará as massas com o apoio dos partidos oficiais.

PFL e PSDB divididos: PCdoB boneco da disputa burguesa

Terminada a disputa, não restou a Fruet senão reconhecer que teria de “lamber as feridas”. Parte do PSDB se alinhou a Lula/Chinaglia e possibilitou sua vitória no segundo turno.

Foi um vexame quando o chefe da bancada tucana declarou apoio aos governistas. Fernando H. Cardoso exigiu

que se desfizesse o acordo com os lulistas. E o que o PSDB faria? Declararia apoio a Aldo? Impossível, pois levaria ao racha. Saída: lançar uma candidatura morta. Fruet tornou-se uma múmia em movimento.

Havia uma esperança de vitória – a de Pirro. Daria votos para Aldo no segundo turno. Mas parte dos tucanos manteve o acordo com os governistas e frustrou a tática de FHC. Está aí por que Fruet disse que “lamberia as feridas”.

PFL foi unido ao encontro de Aldo contra o PT. Mas Aldo é um “pau mandado” de Lula. Os peefelistas queriam apenas se contrapor ao PT e não ao governo, uma vez que Lula havia inicialmente apoiado o fiel estalinista.

PT e governo Lula

Diferentemente do primeiro mandato de Lula, em que o PT saiu como vitorioso das eleições e constituiu o núcleo central do governo, agora, no segundo mandato, o partido saiu como responsável pelo mensalão e pela compra do dossiê dos sanguessugas. O PMDB aproveitou o declínio do PT e a manutenção do carisma eleitoral de Lula para se constituir na principal peça da vitória sobre Alckmin e da estruturação do novo governo.

O PMDB exige ocupar o lugar do PT no governo e exercer forte influência sobre Lula. Nisso reside o descontentamento de todas as correntes petistas com o curso que está tomando o segundo mandato.

Lula tem adiado a formação do novo ministério esperando que algumas peças se coloquem no devido lugar. A eleição dos presidentes do Senado e da Câmara Federal era uma delas. No momento se espera o desenlace da disputa pela chefia do PMDB, entre Michel Temer e Nelson Jobim.

Lula procurou não dar importância ao lugar que ocupará o PT. O partido inevitavelmente continuará rebaixado. Não é bom para a formação do governo colocar o PT em equilíbrio com o PMDB, pois logo viriam crises. O PMDB não aceita dividir o centro do governo com os petistas, muito menos ser deles o sócio menor. Juntamente com a base de sustentação do governo (PDT, PTB, PP etc), o PMDB exige que Lula não se ca-

Visto que perdeu apoio presidencial, Aldo se arvorou em candidatura independente e procurou expressar interesses da oposição (limitar as Medidas Provisórias, por exemplo). Aldo passou a servir ao PFL, que não tinha alternativa de candidatura.

Aldo chegou à presidência da Câmara na esteira da crise do “mensalão”, que culminou com a queda de Severino. Foi aceito por todos partidos porque o PCdoB provou ser um apêndice da política patronal e porque não tem força para movimentar a jogatina dos cargos. Pelo contrário, o PCdoB corre atrás de postos no Estado. Aldo provou ser um bom brinquedo do governo e da oposição. Por isso Lula queria

racterize como governo do PT.

O PT está resignado em perder a posição central anterior, pois reconhece que Lula dependeu do PMDB durante a crise do primeiro mandato e depois nas eleições presidenciais.

Um dado recente que reforça o jogo de força para constituir o governo: Arlindo Chinaglia foi eleito para presidente da Câmara graças ao PMDB e um de seus principais expoentes, Renan Calheiros, continuará a presidir o Senado.

O governo Lula depende até o último fio de cabelo do PMDB para manter a maioria no parlamento. Os 52 milhões de votos que deram vitória inequívoca a Lula se dissolveram no dia seguinte e o PMDB que não tinha como ter candidato próprio saiu com força para ditar ministérios a Lula.

O PT de cabeça baixa, quer agora levantá-la. Está aí um condimento de crise para o governo Lula/PMDB.

Reunião de Salvador

O Diretório Nacional do PT se reuniu (10/2) para se posicionar diante do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e da formação ministerial. O clima que precedeu a reunião de Salvador (Bahia) foi a de confronto entre a ala comandada por José Dirceu e a por Tarso Genro.

Lula fez de conta que não interferiria nas disputas internas. Mas por meio de emissários exigiu que as alas em conflito recuassem nas posições.

mantê-lo; por isso o PFL não teve nenhum temor em apoiar o tal do “comunista”.

Para quem não observa atentamente o funcionamento do Parlamento e não se preocupa em conhecer o que tem sido a tal da “democracia” brasileira, parece algo sem pé nem cabeça. Quem diria que um estalinista do PCdoB serviria às disputas de poder no seio do Estado? Pois bem, esse acontecimento, a crise instalada no PFL, que vai mudar de nome (Partido Democrata), e a crise no PSDB, que vai, segundo Tasso Jereissate, refazer seu programa, são manifestações da crise estrutural do capitalismo e da decadência da classe burguesa.

José Dirceu levantou a bandeira de pleitear a recuperação de seu mandato parlamentar, por meio de uma anistia. Os partidos da base aliada se uniram à oposição (PFL/PSDB) para rebater a movimentação do grupo de Dirceu.

O apoio de Marco Aurélio Garcia, alto membro do governo, à anistia causou constrangimento a Lula junto aos partidos, que pareceu empenhado em ajudar Dirceu. Imediatamente, o caudilho afastou a hipótese de envolvimento. Levar para o parlamento a decisão de inocentar Dirceu, que reclama de cassação política sem provas, é reabrir a ferida do mensalão que ainda sangra.

Roberto Jefferson, pivô da crise do PT, que reaparece apoiando Lula no segundo mandato por meio de seu partido (PTB), aproveitou para acenar com a entrada de um possível processo de anistia a seu favor. A reabilitação de Dirceu pelo Congresso significaria anular o acordo que levou à cassação mínima e preservou a grande maioria dos envolvidos.

O governo agiu prontamente para que a reunião do Diretório Nacional não se tornasse uma caixa de ressonância à anistia de Dirceu. Lula declara que levar a anistia agora ao Congresso é colocar uma enorme pedra na aprovação do PAC. Assim, a reunião de Salvador não assumiu a causa de Dirceu, pelo menos formalmente.

Tarso Genro, que assumiu a direção do PT em meio à crise do mensalão, foi

derrotado com a jocosa bandeira de Refundação do PT. Mas se tornou um homem de confiança de Lula, ao ponto de estar cotado a assumir o Ministério da Justiça.

Frente à ofensiva de Dirceu para recuperar seu poder na burocracia do PT e seu prestígio na política burguesa, Genro liderou um documento – Mensagem ao PT – em que acusa a “corrupção programática e ética do partido”, considerando que se tratava de um problema geral e não apenas particular de alguns militantes, e que por isso era necessário a refundação do partido. Causou grande mal-estar entre os petistas.

Logo se articulou o movimento do abafa. Tarso Genro refez o documento tirando as caracterizações que apontavam a gangrena do PT aburguesado.

PT e o PAC

A reunião de Salvador teve um objetivo central: aprovar uma linha de apoio ao PAC. O governo não sente a terra firme.

Os partidos vão exigir barganhas para aprová-lo sem descaracterizar seus fundamentos. Os governadores atuarão sobre os parlamentares para pressionar Lula a ceder algumas de suas exigências tributárias e de construção de obras. Os interesses corporativos já se manifestam em centenas de emendas inscritas prontamente.

O destino do segundo mandato de Lula depende do êxito do plano econômico. Se for à prática e atingir a meta de crescimento de 5% nos próximos anos, o governo neutralizará em grande medida a oposição do capital industrial e comercial e dos partidos que procuram representá-la. O contrário disso colocará o governo contra a parede e a crise do primeiro mandato retomará com outra feição e possivelmente mais violenta.

Esse prognóstico se sintetiza na frase do presidente: “desta vez, ou vai ou racha”.

Que papel jogará o PT na defesa do PAC?

Lula espera que os petistas movimentem sua burocracia sindical. Não basta administrar a base aliada parlamentar, que dá ao governo a maioria no Congresso. É preciso que a CUT e sindicatos façam sua parte no seio da popula-



O chefe do mensalão Zé Dirceu foi aclamado no encontro de Salvador

ção, convencendo-a de que o PAC não atende apenas aos interesses empresariais, mas também aos dos explorados.

Para cumprir essa tarefa, o PT deve estar alinhado ao governo.

O documento de apoio ao PAC foi quase unânime, somente dois votos contra. Mas acenou críticas à manutenção do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. Considerou que é preciso baixar as taxas de juros para tornar o PAC viável. Segundo o documento, a política monetária está na contramão de medidas voltadas ao crescimento econômico.

Provavelmente por exigência de membros do governo, evitou-se nomear o mandão do BC. Trata-se da diplomacia na política burguesa.

O Diretório Nacional expressou as críticas e as exigências da fração industrial e comercial, também a do agronegócio. Ocorre que o governo Lula do primeiro mandato se assentou em grande medida na fração financeira nacional e internacional. Continua preso aos ditames dos banqueiros. Para fazer uma mudança significativa na administração das frações do capital, terá de tomar uma drástica decisão: rever a orientação assistencialista e atacar abertamente a vida

das massas.

Um PT burguês submisso

Os partidos integrados ao Estado expressam ao mesmo tempo os interesses gerais (históricos) da burguesia e os interesses particulares de frações do capital. Têm a função de administrar os conflitos por meio da política econômica e garantir a continuidade do sistema de exploração do trabalho.

O PT completou seu ciclo de integração ao Estado. No primeiro mandato, assumiu o governo assentado no capital financeiro, ou seja, nos credores da gigantesca dívida interna e externa.

No seu interior, desenvolveu-se o conflito entre defensores incondicionais da política econômica do governo e defensores condicionais. Apesar das diferenças, todas as frações petistas continuaram defendendo o governo. Centralizaram-se à governabilidade.

A continuidade de Lula na presidência obrigou-o a operar uma mudança. Mas uma mudança que não toca no poder do capital financeiro e não atende os mais importantes reclamos dos industriais e comerciantes.

O PAC mostra a timidez do governo

e sua debilidade frente às pressões das frações e dos interesses particulares. Pretende atender aos reclamos de crescimento, mas não pode modificar significativamente a política monetária.

O BC não colaborou com o PAC ao levar o COPOM a reduzir apenas 0,25% da taxa de juro, quando se esperava 0,5%, que também não mudaria sensivelmente a política de favorecimento aos banqueiros. A Fiesp reclamou contra a decisão e considerou-a contraditória ao PAC.

O que fez o Diretório Nacional na reunião de Salvador? Serviu de caixa de ressonância da Fiesp. O PT se mostra completamente submisso à burguesia, não tem política própria e expressa as disputas das frações capitalistas no seio do governo e do parlamento.

PT inconseqüente e antipopular

A defesa do PAC com críticas à ori-

entação monetária do BC demonstra o quanto o PT se degenerou na política burguesa: 1. É inconseqüente frente aos grandes problemas econômicos vividos pelo capitalismo no Brasil; 2. Mostra-se antipopular porque o PAC ataca os salários do funcionalismo, arrocha o salário mínimo e prevê a reforma antitrabalhadora da Previdência.

Os altos juros, a monumental carga tributária, a anulação da capacidade de investimento do Estado, o superávit primário etc estão diretamente determinado pelas dívidas interna e externa e pela sangria do tesouro que paga juros na ordem de R\$ 150 bilhões ao ano. A política monetária está subordinada ao parasitismo do capital financeiro.

A meta de crescimento do PAC de 5% é irrisória diante de uma conjuntura internacional favorável às exportações. O grande bloqueio para os interesses da burguesia industrial e comercial serem atendidos está no saque

provocado pelos credores. Há outros fatores, mas o ponto de partida está na sangria do tesouro.

O PT quer que Lula arrefeça a política monetária sem mexer nos interesses dos banqueiros nacionais e internacionais. Há muito o PT abandonou a bandeira de "não pagamento", "suspensão" e "investigação". Fez todo zig-zag possível em torno das dívidas e acabou se ajoelhando diante dos banqueiros.

A burguesia industrial e comercial quer que o governo reduza as taxas de juros e a carga tributária, mas não quer que se toque no poderoso capital financeiro, controlado pelo imperialismo. Mas ela dá uma resposta à equação: atacar a previdência, arrochar os salários, demitir funcionários, flexibilizar direitos etc.

E qual a resposta do PT? Esconde-se por detrás das frações capitalistas e apóia o PAC pró-grande capital e antio-perário.

Plenária dos Servidores Públicos

Direções burocráticas apóiam o PAC

No dia 08/02/07, a CUT promoveu uma Plenária do Funcionalismo Público Estadual, em São Paulo. Nela estiveram presentes praticamente só membros da burocracia sindical, porque não foi convocada, realizou-se durante a semana e no horário de trabalho dos servidores. A pauta girou em torno da discussão sobre o PAC, a Lei de Responsabilidade Fiscal e Encaminhamentos.

A plenária iniciou com as exposições dos palestrantes: Denise Motta (direção nacional da CUT); Cesar Minuto (Adusp), Roberto Leão (CNTE), Edílson de Paula (presidente da CUT/SP) e Roberto Felício (deputado/PT). Havia uma concordância entre eles de que o PAC é um programa para a "recuperação do papel do Estado como indutor do desenvolvimento". Ou seja, para eles, o PAC é a ruptura com o Estado mínimo de concepção neoliberal e o retorno do Estado máximo, envolvido com o crescimento do país, com a melhoria dos serviços públicos, com a distribuição de renda. Os representantes da CUT enfatizaram a importância do PAC como gerador

de empregos, particularmente nas áreas de infra-estrutura. Limitaram a dizer que o PAC tem "lacunas" e apontaram três: a) o fato de não fazer referência à reforma agrária, à agricultura familiar, aos investimentos em educação e saúde; b) a não determinação de controle dos recursos do FGTS, que vão para compor o fundo de investimento; c) o tratamento dado aos contratos e salários dos servidores públicos; d) o perigo dos governadores e prefeitos adotarem o mesmo tratamento salarial e contratual imposto pelo PAC aos federais e exigirem também a Desvinculação de Receita do Estado. E concluíram com a proposta de apresentar emendas nos pontos que limitam os "gastos" com o funcionalismo.

Portanto, o objetivo da plenária era uniformizar a campanha de apoio ao PAC e pressionar por alguns remendos, no momento em que será votado no Congresso. Ou seja, nada de denunciar a essência do Programa do governo, que beneficia o grande capital e amplia a retirada de direitos dos traba-

lhadores e, em particular, dos servidores.

Assim a campanha da CUT é de retirada do limitador e negociação com o governo; quer debater o fundo previdenciário dos servidores. Para isso, prepara a "Jornada do Desenvolvimento", onde entregará ao governo um projeto que preenche as lacunas do PAC.

Ato contra Serra

Os burocratas distinguem as medidas de ataque ao funcionalismo substanciadas no PAC ao chamado pacote de medidas de Serra. Essas medidas, sem dúvida, são perversas, pois impedem a contratação e admissão de servidores por tempo indeterminado, visando enxugar a máquina, terceirizar e privatizar. O fato é que na essência não difere do programa de Lula.

Portanto, criticam Serra e poupam Lula. Mas a crítica às medidas de Serra não significam que estarão mobilizando os trabalhadores para enfrentar o governo do estado. Não há disposição de colo-

carem milhares de funcionários e demais trabalhadores para derrubar o pacote do PSDB, porque isso poderá atingir o PAC. O ato do dia 28 de fevereiro tem o objetivo de forçar uma "negociação" entre Serra e os dirigentes sindicais do funcionalismo.

Intervenção do POR

O POR esteve presente na Plenária distribuindo o Manifesto contra o PAC e colocando suas posições de defesa da vida das massas. Destacou que o PAC se volta contra os trabalhadores em geral e os servidores públicos em particular e só atende à burguesia. Enfatizou a nova reforma da previdência, prevista no Programa, que acelera a privatização e reduz ainda mais direitos. Criticou a política de reajuste do salário mínimo, que já é de fome. Mostrou que o PAC não mexe nos privilégios da cúpula dos servidores e parlamentares. Combateu a tática colaboracionista da CUT de apoiar os pontos positivos do PAC e apresentar emendas nos considerados prejudiciais aos servidores. E concluiu com a necessidade de derrubar o PAC por meio da luta unitária dos trabalhadores e com os métodos da classe operária.

As correntes políticas presentes, a exemplo do O Trabalho, se limitaram a fazer críticas também pontuais ao PAC, como a não inclusão de nenhuma medida contra os juros altos, a reforma agrária etc. Não se diferenciaram da burocracia. Por isso, todos os dirigentes estavam obrigados a se oporem à intervenção do POR.

Derrubar o PAC para defender a vida, os empregos e os direitos dos trabalhadores

O Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo Lula para os servidores públicos federais resultará em congelamento de salário, dificuldade de ampliação dos postos de trabalho e demissões. A forma encontrada foi, não só utilizar, mas aperfeiçoar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), criada por FHC, como mecanismo de redução de "gastos" do Estado.



As direções apóiam o PAC enquanto as bases tendem a confrontá-lo com a mobilização

A LRF, criada em maio de 2000, previa que o limite de "despesas com pessoal" fosse de apenas 50% para esfera federal. Para cada ano, a despesa não poderia ser maior que o percentual de despesa do ano anterior, sendo possível o acréscimo de 10%, se fosse inferior. Ou seja, o cálculo era feito considerando o percentual da receita líquida (dinheiro que sobrou depois de descontadas outras despesas), podendo ser maior se a receita aumentasse e menor se diminuísse. Os salários dos servidores, portanto, ficavam ao sabor do aumento de arrecadação de impostos e outras formas de aquisição de recursos por parte do Estado. Agora, Lula foi além: o valor do gasto com pessoal não pode ser superior ao do ano anterior **em valores absolutos** e a correção é feita considerando apenas o IPCA do período mais 1,5%.

Como visto, não há como aumentar o gasto com salário, mesmo se aumentar a receita líquida do governo. O resultado do PAC para o funcionalismo é a manutenção do arrocho salarial até o ano de 2016, ou seja, por praticamente 10 anos. Mas o congelamento da despesa com pessoal também está garantido por outra medida: se ela passar do limite estabelecido

não poderá haver concessão de aumento salarial ou adequação de remuneração de nenhum tipo. Essa situação também não permitirá qualquer alteração no plano de carreira que exija mais recursos.

O desemprego e a impossibilidade de ampliação de postos de trabalho no serviço público ocorrerão através da confirmação de medidas já previstas na LRF, também no caso de se passar do limite com a despesa de pessoal. Portanto, não haverá criação de cargo, emprego ou função e nem ocorrer admissão ou contratação de pessoal, a não ser no caso de aposentadoria ou de falecimento de servidores nas áreas de educação, saúde e segurança.

Aos trabalhadores não resta outra via senão combatê-lo. O PAC é irreforçável, porque está voltado aos interesses dos monopólios, dos bancos, portanto do capital. Nada tem de democrático, de distribuidor de renda, de gerador de emprego e outras coisas do gênero, criadas pelos mentores petistas. As assembleias devem rejeitar a política da CUT e impor os métodos de luta próprios dos trabalhadores. Derrubar o PAC, para defender a vida e o emprego dos trabalhadores.

Conlutas e o salário mínimo

Quando nos referimos à Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), referimo-nos também ao PSTU. Em seu comunicado "Campanha de valorização do Salário Mínimo", a Conlutas introduziu uma mudança. Antes defendia o salário mínimo do Dieese; agora "defende a valorização do salário mínimo, estabelecendo uma progressão de forma que atinja o valor calculado pelo Dieese – cerca de R\$ 1.500,00 – no prazo de quatro anos". Em resumo: no prazo de quatro anos, um salário mínimo de acordo com o Dieese. Em 2007, segundo a progressão, deveria ser dobrado, atingindo R\$ 700,00.

Abandono de posição. Por quê?

A Conlutas deixou de exigir um salário mínimo do Dieese já. Bastariam R\$ 700,00. É uma clara renúncia de posição. O critério de progressão é reformista. Típico da burocracia de esquerda. Implica que milhões continuem na miséria. É o que significa R\$ 700,00. Cria-se a ilusão de que é uma grande conquista, porque até 2011 se chegará a R\$ 1500,00.

A defesa da progressão implica duas idéias reformistas: 1. O valor que a economia suporta e que os capitalistas podem chegar; 2. A capacidade que as massas têm de conquistar e o otimismo delas na possibilidade de alcançar tal valor.

A progressão implica uma visão legalista. Pressionando o parlamento e o governo, estes poderão incorporar a reivindicação de melhoria anual. A Conlutas assume o mesmo critério da CUT, diferindo quanto ao valor e o tempo da progressão.

A burocracia levou ao parlamento e ao governo a reivindicação de R\$ 420,00, segundo o objetivo de dobrar o salário mínimo depois de algum tempo. Se a burocracia da CUT fosse polemizar com a Conlutas, diria que os trabalhadores não lutariam por R\$ 700,00. É o mesmo raciocínio que está por detrás da progressão, com a diferença que o PSTU não o expõe à luz do dia.

O comunicado justifica que a progressão e o piso do Dieese resultaram da discussão "com entidades de luta dos aposentados". O que significa que a Conlutas se adaptou a posições reformistas, inócuas e incapazes de defender de fato a vida das massas. A razão disse é que a Conlutas tem de se converter em mais um aparato de burocracia sindical, caso queira se firmar como cisão da CUT.

Legalismo da Conlutas

O comunicado diz que "é preciso reivindicar o cumprimento da Constituição e elevar o valor do mínimo para níveis dignos" e que "há estudos que mostram que existem recursos e condições para se fazer isso". Essa explicação revela a ilusão das possibilidades do capitalismo atender ao reclamo de recuperação progressiva do salário mínimo.

Riqueza não falta, mas o capitalismo se encontra na fase de crise estrutural, em que a burguesia não pode se dar o luxo de fazer reformas em favor das massas.

É sintomática a contradição interna do comunicado. Ao mesmo tempo que mostra que a "Constituição Federal determina que o salário mínimo deve ser capaz de atender as necessidades vitais básicas do trabalhador, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, transporte etc, com reajustes pe-

riódicos que lhe preservem o poder aquisitivo", a Conlutas defende, para 2007, um salário mínimo de R\$ 700,00. Perguntamos, estaria o governo e a burguesia cumprindo a Constituição se elevassem o salário mínimo para R\$ 700,00?

Basta que se responda se uma família de quatro pessoas terá suas necessidades vitais atendidas recebendo R\$ 700,00. O PSTU poderia responder em seu "Opinião Socialista", se sim ou não.

O critério reformista de progressão de reajuste do salário mínimo e o legalismo fazem com que a Conlutas sequer defenda que a Constituição seja cumprida já em 2007. Segundo a progressão, a lei magna da burguesia será cumprida em 2011. Até chegar esse ano, poderá continuar sendo violada.

Salário mínimo vital – defesa da vida das massas

Trata-se de uma reivindicação que põe a maioria explorada em combate ao capitalismo. Milhões sobrevivem com menos de 1 a 1 salário mínimo; e a maioria sobrevive com menos de 1 a 3 salários mínimos. Não por acaso seu valor seu valor é de R\$ 350,00.

A história do salário mínimo, adotado na década de 40, é de queda. O governo Lula prometeu dobrá-lo. Não o fez. Recuperou um pouquinho com aumento de 20% acima da inflação.

A burguesia gritou. No PAC, Lula estipulou um critério de reajuste muito abaixo do que vinha fazendo. Vinculou a recomposição ao crescimento econômico e fixou um mínimo de possível aumento. Na verdade, o governo se prepara para retroceder os parcos reajustes concedidos nos últimos quatro anos. Uma das exigências dos capitalistas, governadores e prefeitos: que se desvincule o reajuste do salário mínimo dos aposentados do reajuste dado aos trabalhadores da ativa.

Como se vê, o capitalismo não tem como modificar a situação de miséria da maioria. Uma gigantesca multidão tem de viver na mais profunda pobreza para o capitalismo funcionar.

O reformismo se apóia nesta realidade para enganar os explorados com reajuste do mínimo que não atende às necessidades vitais. O Dieese fez um cálculo que chega a R\$ 1.500,00. Se comparados aos R\$ 350,00, constituem um salto. Fizemos um cálculo e chegamos a R\$ 2.500,00.

É dever do partido operário e do sindicalismo revolucionário exporem toda exploração e a situação de miséria da maioria, bem como defender integralmente as reivindicações vitais. Dizemos que as assembleias sindicais e populares devem calcular o valor, pois a família trabalhadora sabe o quanto necessita para as condições de existência.

A reivindicação de salário mínimo vital parte das necessidades das massas e não de suposições sobre pessimismo ou otimismo destas frente à impossibilidade ou possibilidade de arrancá-las dos capitalistas. A Conlutas, ao transformar o salário mínimo do Dieese em retalhos, abandona a luta pela conquista integral e pelo fim imediato da miséria das massas.

A luta pelo salário mínimo vital é parte das reivindicações que defendem sem atenuantes a vida dos explorados e permitem-lhes criar as condições sociais e políticas para combater pela estratégia da revolução proletária.

Como o Programa de Transição concebe a defesa das reivindicações transitórias

Reproduzimos o ponto 4 do Programa de Transição da IV Internacional para que se entenda que as reivindicações de defesa da vida das massas parte das condições objetivas e não das condições subjetivas, ainda que estas tenham importância para a atuação do partido no seio dos explorados.

“Escala Móvel de Salários e Escala Móvel das Horas de Trabalho”

“Nas condições do capitalismo em decomposição, as massas continuam a viver a triste vida de oprimidos, e, agora mais do que nunca, estão ameaçadas de serem lançadas no abismo do pauperismo. São obrigadas a defender o seu pedaço de pão em vez de o poder aumentar ou melhorar. Não há possibilidades nem necessidade de enumerar aqui as diversas reivindicações parciais que surgem, a cada caso, das circunstâncias concretas, nacionais, locais, profissionais. Mas dois males econômicos fundamentais nos quais se resume o absurdo crescente do capitalismo, isto é, o desemprego e a carestia de vida, exigem palavras de ordem e métodos de luta generalizada.

A IV Internacional declara uma guerra implacável à política dos capitalistas, que em grande parte é a dos seus agentes, os reformistas, tendendo a fazer recair, sobre os trabalhadores todo o fardo do militarismo, da crise, da desagregação dos sistemas monetários e de todos os outros males da agonia capitalista. Ela reivindica TRABALHO e uma EXISTÊNCIA DIGNA para todos.

Nem a inflação nem a estabilização podem servir de palavra de ordem ao proletariado, pois são os dois bicos do mesmo pau. Contra a carestia da vida, que, à medida que a guerra se aproxima, tomará um caráter cada vez mais

desenfreado, não se poderá lutar senão como a palavra de ordem de ESCALA MÓVEL DOS SALÁRIOS. Contratos coletivos devem assegurar o aumento automático dos salários correlativamente à subida dos preços dos artigos de consumo.

Sob pena de ser votar a si próprio à degenerescência, o proletariado não pode tolerar a transformação de uma parte crescente dos operários em desempregados crônicos, em miseráveis vivendo das migalhas de uma sociedade em decomposição. O direito ao trabalho é o único direito sério que tem o operário numa sociedade fundada na exploração. Contudo este direito é-lhe retirado a cada instante. Contra o desemprego, tanto de “estrutura” como “conjuntural”, é altura de lançar, ao mesmo tempo que a palavra de ordem de “trabalhos de interesse público” a de ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO. Os sindicatos e as outras organizações de massas devem ligar os que têm trabalho e os que não têm pelos compromissos mútuos de solidariedade. O trabalho disponível seria repartido entre todos os trabalhadores existentes, e é assim que seria determinada a duração da semana de trabalho, permanecendo o salário de cada operário o mesmo que na antiga semana de trabalho. O

salário, com um mínimo estritamente assegurado, acompanharia o movimento dos preços. Nenhum outro programa pode ser aceito para o período catastrófico atual.

Os proprietários e os seus advogados demonstrarão a “impossibilidade de satisfazer” estas reivindicações. Os capitalistas de menor monta, sobretudo os que já caminham para a ruína, invocarão os seus livros de contabilidade. Os operários rejeitarão categoricamente estes argumentos e estas referências. Não se trata de choque “normal” de interesses materiais opostos. Trata-se de preservar o proletariado da decadência, da desmoralização e da ruína. Trata-se da vida ou da morte da única classe criadora e progressiva e, por isso mesmo, do futuro da humanidade. Se o capitalismo é incapaz de satisfazer as reivindicações que surgem infalivelmente dos males que ele mesmo criou, só lhe resta perecer. A “possibilidade” ou a “impossibilidade” de realizar as reivindicações é, no caso presente, uma questão de relação de forças que não pode ser resolvida senão pela luta. Essa luta, quaisquer que sejam os seus sucessos práticos imediatos, será a melhor maneira de levar os operários a compreender a necessidade de liquidar a escravidão capitalista”.

A Situação Revolucionária da Bolívia sob o governo de Evo Morales

Adquira esta publicação do POR com a tradução de diversos artigos do jornal Massas boliviano, que trazem uma caracterização do governo Evo Morales, a questão da semi-nacionalização dos hidrocarbonetos, a disputa nas minas entre a estatização e o cooperativismo, a questão agrária, a disputa interburguesa na Constituinte e a estratégia revolucionária do POR.

Peça ao distribuidor deste jornal ou escreva-nos.

Programa escola da família: mais uma farsa do governo estadual (PSDB/PFL)!

Quando o programa educacional “Escola da Família” teve seu início em 2004, o governo de São Paulo, com por meio do secretário da educação, Gabriel Chalita, veiculou a propaganda de que seria um meio de coibir a violência nas comunidades próximas às escolas, pois estas deveriam abrir suas portas aos finais de semana e oferecer o espaço escolar para uso desta comunidade para a participação em atividades educativas, esportivas e culturais, ou seja, tirar principalmente os jovens da marginalidade e proporcionar-lhes um “papel social digno”.

Nestes três últimos anos de projeto, o que realmente verificamos é que o principal objetivo do governo não foi alcançado, pelo contrário, em algumas regiões houve pouquíssima participação das comunidades e o que é pior: em algumas regiões, a marginalidade passou para dentro da escola se tornando mais um espaço para a proliferação da violência e do próprio crime. O que o governo oculta é que o problema da violência nunca será resolvido por “medidas educativas e inclusivas”, já que este é um traço do sistema capitalista, que destrói as condições de existência da maioria da população, jogando uma parcela para a marginalidade.

O projeto teve apoio financeiro internacional da UNESCO. No final de 2006, a Unesco abandonou o tal projeto e, em seguida, Serra cortou mais da metade da “Escola da Família”. Ale-

gou que “todas as comunidades tinham assimilado o programa e que só manteria nas escolas da periferia que tinham índices problemáticos”, escondendo assim o principal motivo que é a falta de dinheiro e o insucesso do projeto.

Esta diminuição de escolas afetou diretamente os trabalhadores que se sustentavam com o projeto: algumas funções foram extintas e outras foram mantidas, só que com mais critérios utilizados para a seleção, como a entrega de currículo, pontuação no magistério mais a do próprio programa e, por último, e o pior: uma entrevista feita na Diretoria de Ensino por supervisores e diretores que podem “beneficiar” alguns candidatos. A Secretaria de Educação barrou a inscrição de novos universitários para participarem do projeto, mas manteve as mesmas verbas às universidades particulares, através das bolsas que os universitários já participantes do projeto recebem. Obrigou também um maior número de bolsistas (cerca de 20 a 30) a se realocarem nas poucas escolas ainda mantenedoras do projeto.

Por tudo isso, reafirmamos: o projeto é uma farsa. Não pode melhorar o ensino já oferecido, tendo que destruir ainda mais a educação pública. Não pode resolver o problema da violência no capitalismo que atinge de cheio as escolas, descarregando sobre os trabalhadores da Educação o ônus de uma situação cada vez mais precária. Não pode garantir verbas só para o ensino público, sustentando os capitalistas da Educação.

Funcionários de Escola - SP

Cooperativas: precarização do trabalho implementada pelos Governos

O governo do Estado de São Paulo tem implementado há dez anos a “terceirização do trabalho”, que significa a sua precarização, ou seja, contratos temporários, sem nenhum direito trabalhista, salários reduzidos. Tal terceirização é organizada pelas cooperativas, as quais, desde a Constituição de 1988, têm garantido uma tal de “autogestão”, que elimina o trabalhador registrado, substituindo-o por um “cooperativado associado”, que é considerado autônomo.

O governo do PSDB/Covas, em seu primeiro mandato, começou timidamente contratando essas cooperativas para realizar funções dentro do Estado; já, no segundo, intensificou esses contratos. O governo do PSDB/Alckmin, no final de 2006, eliminou, nas escolas estaduais, os últimos contratos feitos pelas Associações de Pais e Mestres (que já reduzia direitos e salários) e exigiu que somente houvesse contratações pelas cooperativas.

Quais os argumentos do governo: economia de dinheiro público com a folha de pagamento.

Quais os prejuízos para os trabalhadores: salários miseráveis; não recebem 13^o, não têm direitos a férias, assistência médica.

Na prática, o governo implementa a flexibilização do trabalho, responde aos interesses da burguesia que dirige os bancos, as fábricas e as terras e que precisam de “legitimidade” para também executarem a “flexibilização” do trabalho. Para os tra-

balhadores, o governo engana-os dizendo que esta “implementando uma organização flexível do trabalho, de rápida adaptação ao mercado”.

Na Educação, essa “nova” forma de organização do trabalho custou muito para os trabalhadores do setor administrativo. O quadro de funcionários foi extremamente reduzido, os salários são os mais miseráveis e os contratos pelas cooperativas dividiram ainda os trabalhadores. Esta nova divisão entre servidores públicos e cooperativados é prejudicial para a classe, pois dificulta as lutas pelas suas reivindicações. Favorece apenas aos capitalistas e governo, que folgadoamente cortam “gastos” sem nenhum esforço.

A burocracia dos sindicatos de funcionários nunca se colocou contrária a essa flexibilização, sua política foi de ignorar as cooperativas.

Os trabalhadores da educação devem lutar contra essas políticas de divisão e de ataque aos direitos. Levantar a bandeira de unidade dos trabalhadores, que o Estado contrate todos os trabalhadores das cooperativas, que imediatamente supra as escolas com os funcionários necessários, que nenhum funcionário ganhe menos que o salário mínimo vital (calculado pelas assembleias operárias e populares). Defender o fim de todas as formas que precarizam as condições de trabalho. Emprego a todos por meio da escala móvel das horas de trabalho.

Fortaleza CE

Manifesto da Oposição na Apeoc

Vote nulo nas eleições para a Apeoc!

Abaixo a farsa eleitoral da burocracia corrupta da Apeoc (Penha, Jaime e cia)!

Abaixo a farsa da chapa unificada! O que há, mais uma vez, é a chapa única da burocracia!

Neste dia 12 de fevereiro ocorrerão as eleições para o sindicato Apeoc. O grupo da oposição unificada de esquerda, que divulgou o processo eleitoral, chamou os professores de base a discutir um programa e uma chapa de esquerda para mudar a atual direção (família Alencar) que domina há décadas o sindicato, não conseguiu organizar sua chapa.

O estatuto da entidade que impõe exigências draconianas para qualquer chapa se inscrever foi o principal obstáculo. Este exige: possuir 240 membros sendo pelos menos 1 em cada município do interior do estado (A APEOC exige 240 membros tendo uma base de 35 mil filiados ao passo que na Apeoesp em SP com uma base de 150 mil professores a exigência é de 100 membros por chapa.). Aos componentes da chapa exige-se: ficha de qualificação, comprovante de quitação com a entidade, cópias autenticada de identidade e comprovante de matrícula. **Não há comissão eleitoral e o presidente do Sindicato é quem tem o poder de inscrever ou não a chapa, fiscalizar e encaminhar o processo eleitoral.** Em resumo a Burocracia parasitária da Apeoc criou todos esses critérios para impedir que os professores de base pudessem montar uma chapa de oposição.

Estas Eleições estarão marcadas por todo tipo de irregularidade. Mesmo o estatuto burocrático da Apeoc estabelece que o edital das eleições deve ser divulgado em um jornal de grande circulação, o que nunca ocorre. O presente edital foi publicado no jornal *O Estado*, que não tem circulação nenhuma. A direção não encaminhou as filiações por internet dos membros da oposição, não publicou as listas dos eleitores na sede do sindicato como exige o estatuto. A própria chapa cuja presidente é sempre a Sra Penha, pelo fato de já controlar a máquina, fica desobrigada de conseguir toda aquela documentação que é exigida de chapas opositoras. Até mesmo o resultado das eleições, se houve quorum ou não, o número de votantes etc não é divulgado, permanecendo um segredo de estado da burocracia. Esta conduta não é estranha para quem sequer comunica no site da entidade, a não ser na véspera do pleito, que ocorrerá eleições. É sempre assim a categoria nunca sabe que ocorrerá eleições; a única notícia divulgada é a de que a chapa da família Alencar *'se reelegeu'* novamente para a diretoria da entidade.

Por todo o exposto chamamos os professores da rede esta-

dual do interior e capital, bem como a todos os filiados à entidade a **VOTAREM NULO** nestas eleições contra a burocracia e sua política de traição e colaboração com os governos. Chamamos a votar nulo em defesa da democracia operária, do método da ação direta (greves, manifestações etc) e em defesa principalmente da democracia operária (onde a base controle a direção sindical).

Por um sindicato de luta e sob controle dos trabalhadores contra os Governos Luizianne, Cid e Lula

A atual direção do sindicato Apeoc nunca fez nenhuma prestação de contas! Ninguém sabe quanto entra de dinheiro no sindicato e como ele é gasto. Nem mesmo os outros diretores do sindicato podem ter essa informação, a não ser Penha e Jaime Alencar. A Cooeducar, de Jaime Alencar, que lucra prestando assessoria jurídica às secretarias de educação de prefeituras do interior é uma empresa privada dentro do sindicato. **Este por sinal cobra hoje 1,3% do salário base, quando outros sindicatos o desconto é de 1%.** Há denúncias de nepotismo na entidade. Parentes da família Alencar estão empregados em diversas funções dentro do sindicato. **Mas o crime maior dessa burocracia da Apeoc é a política que desenvolve: a de colaborar com os governos.** Se na época de Lúcio Alcântara já se notava uma resistência a se chocar com o governo do PSDB, agora que o PT é governo do estado com Cid à frente, as entidades entre elas a Apeoc não farão campanha salarial nem convocarão os professores à luta. É nesse sentido que nasce a Oposição na Apeoc. Uma Oposição que luta para defender os interesses da categoria, denunciar os crimes da direção do sindicato e convocar os professores a enfrentar essa direção que não representa nada e exigir assembleia já para organizar as lutas do magistério!. Convocação imediata de um congresso estadual de base para mudar o absurdo estatuto da entidade e convocar novas eleições, limpas, com comissão eleitoral e com ampla divulgação para que a base escolha quem quer, de fato, para dirigir a entidade.

PROFESSOR JUNTE-SE À OPOSIÇÃO! CONSTRUAMOS UM SINDICATO DE LUTA!

A Situação Revolucionária da Bolívia sob o governo de Evo Morales

Adquira esta publicação do POR com a tradução de diversos artigos do jornal Massas boliviano, que trazem uma caracterização do governo Evo Morales, a questão da semi-nacionalização dos hidrocarbonetos, a disputa nas minas entre a estatização e o cooperativismo, a questão agrária, a disputa interburguesa na Constituinte e a estratégia revolucionária do POR.

Peça ao distribuidor deste jornal ou escreva-nos.

Serra ataca a universidade pública; a resposta tem que ser mobilização!

Os que estão entrando agora na Universidade de São Paulo (USP) já chegam no momento de um enorme ataque à autonomia e à própria manutenção da universidade.

O pacote anunciado por Serra na última semana impõe total incerteza e insegurança sobre a vida acadêmica principalmente dos que entram agora, mas também de todos os que já se encontram na universidade.

Pela primeira vez desde 1988, o governo estadual reteve parte das verbas destinadas às universidades paulistas. O corte de cerca de 15% no repasse atingiu USP, Unesp e Unicamp imediatamente. Só a USP perdeu 11,5 milhões de reais. Esses cortes fazem parte de um pacote de medidas do governo José Serra que atinge profundamente as universidades paulistas.

O decreto 51461/07 submete as universidades a uma nova Secretaria recém criada (do Ensino Superior), separa as Fatecs em outra secretaria (Desenvolvimento) e centraliza as decisões nas mãos do Secretário indicado. É uma intervenção (muito pouco) disfarçada sobre as universidades.

O decreto 51471/07 proíbe que novas contratações sejam fe-

itas sem aprovação direta do governo. Ou seja, as universidades estão sendo forçadas a buscar os mecanismos da terceirização, precarização do trabalho e privatização (fundações) para seguirem com suas atividades.

Essas medidas são o mais duro ataque contra a educação superior pública. Afetarão diretamente o ensino, a pesquisa e a própria vida escolar dos estudantes. A falta de verbas destrói a assistência estudantil, as bibliotecas e laboratórios. A falta de professores inviabiliza os cursos, por impossibilidade de oferecimento de disciplinas.

É necessária uma resposta dos que estudam e trabalham na universidade contra o violento ataque privatizante de Serra. A mobilização é o meio que permite ganhar a força necessária para pressionar o governo estadual a recuar. Buscar nas ruas o apoio da população oprimida, que sustenta a universidade com seu trabalho. As organizações de estudantes, professores e funcionários têm de convocar imediatamente a luta unitária! **Todos contra o ataque de Serra ao Ensino Superior!**

Política de privatização: destruição da universidade pública “pelas beiradas”

Os dirigentes da universidade pública (burocracia universitária – reitoria, conselhos centrais, administrações, congregações e departamentos das unidades) têm aplicado medidas que caminham todas no mesmo sentido: privatização e elitização da universidade pública.

Ao contrário de empresas estatais, que são colocadas em leilão e vendidas inteiras, as universidades são privatizadas aos poucos. Os governos e suas marionetes (reitores etc.) aplicam medidas que submetem o ensino e a pesquisa aos interesses privados. Ou seja, criam mecanismos que permitem a capitalistas ganharem dinheiro às custas da universidade pública, além de colaborarem na desobrigação do Estado em relação aos serviços públicos (no caso, a educação), jogando nas costas dos estudantes o custeio da universidade, que todos já pagam com seus impostos.

Na USP, podemos citar algumas dessas medidas:

a) implantação de fundações: são organizações dirigidas pela própria burocracia universitária, que forma seus conselhos deliberativos, e que prestam serviços externos, cobrando caro por isso. Usam o nome da USP, seus recursos materiais e de pessoal, e enchem os bolsos de alguns burocratas de dinheiro. Empresas que contratam seus serviços acabam de-

terminando as linhas de ensino e pesquisa (“quem paga a conta escolhe o prato”) e ganham com serviços mais baratos e confiáveis. Não têm de fazer licitações para contratações ou compras.

b) fechamento do campus à população: a restrição do uso do campus serve ao uso por academias particulares e realização de eventos privados, em troca de “aluguel”. Também serve à elitização dos usuários, além de aumentar a falta de segurança no campus, já que ele fica com vários lugares desertos.

c) implantação de centenas de câmeras de segurança: serve como instrumento de marketing aos endinheirados que fazem cursos de pós graduação pagos (e muito bem pagos!!!) em unidades da USP, e em geral organizados pelas fundações. Serve para dar-lhes uma falsa impressão de segurança, diante de ameaças de roubo de seus carros e laptops.

d) implantação de xerox e lanchonetes centralizados pela burocracia: lanchonetes chiques, capazes de arcar com altos aluguéis e xerox centralizadas para arrecadar muito dinheiro para as mãos dos burocratas. As xerox são uma necessidade, dada a falta de livros das bibliotecas – a maioria das xerox está nos espaços dos Centros Acadêmicos (CAs - organizações dos estudantes de cada curso). As lanchonetes são necessidade

óbvia para manter corpos e cérebros funcionando (hoje não há lanchonetes da universidade, estando as que existem nos espaços dos CAs). Está aí o motivo dos recentes ataques das administrações aos espaços estudantis: visam a privatização desses espaços, sob controle e para benefício dos burocratas, em detrimento das necessidades da maioria.

e) proibição das festas estudantis: objetiva centralizar as festas no espaço do Cepeusp (centro de práticas esportivas da USP), que é alugado. Mais uma fonte de arrecadação de dinheiro para a burocracia.

f) cursos pagos: de extensão e de pós graduação. O dinheiro vai para as mãos da burocracia. Também se destróem cursos que antes eram oferecidos gratuitamente, de forma a fortalecer a demanda pelos cursos pagos (exemplo: disciplinas de línguas, que passaram a ser dominadas por cursos pagos).

Está aí porque a defesa dos espaços dos estudantes e sua autonomia (possibilidade de realização de festas por exemplo) se chocam com a política privatista da burocracia. Está aí também a causa da repressão aos estudantes que se opõem a essas medidas. A única solução possível: mobilizar contra a política privatista, em defesa da universidade pública sob direção dos que nela estudam e trabalham; fim da repressão!

Metalúrgicos do ABC:

Programa da Corrente Proletária dos Metalúrgicos para formar uma frente classista nas eleições sindicais

O grupo formado por militantes do P.O.R., PSTU, PSOL e independentes, que fazem oposição à direção do sindicato (Articulação/PT), estão se reunindo e debatendo um programa para intervir nas eleições para a comissão de fábrica, que acontecerá em maio deste ano.

Na reunião da Oposição que aconteceu dia 04 de fevereiro foram debatidos dois pontos: 1. *A forma de eleger os candidatos para a comissão de fábrica.* 2. *As propostas que devem fazer parte do programa da Oposição.* Em relação à forma de eleger os representantes da comissão de fábrica, a Oposição debateu e aprovou defender a eleição dos candidatos através das listas nominais, ou seja, os trabalhadores votam nominalmente, em um determinado número de candidatos das listas por alas (na fábrica existem várias alas). A Oposição defendeu a eleição por listas para impedir que a burocracia, juntamente com a empresa, imponha a eleição através do chapão, que impede que militantes da Oposição participem das eleições. Isso porque, para montar o chapão é preciso ter candidatos em toda as alas da fábrica. O que dificilmente um trabalhador ou militante da Oposição conseguiria. Só a burocracia, que tem o apoio da empresa, consegue.

O chapão é uma manobra que a burocracia quer impor para eliminar de vez qualquer tipo de Oposição à sua política de conciliação com o patronato. A Corrente Proletária defendeu o direito irrestrito de todos os trabalhadores, todas as correntes políticas lançarem chapas para a eleição da comissão de fábrica, independente do número de candidatos.

Programa: Defender um sindicato classista

O debate sobre o programa foi, sem

dúvida, a parte mais importante da reunião. A Corrente Proletária interveio mostrando que a Oposição não pode limitar seu programa aos metalúrgicos, pois os problemas dos metalúrgicos são os mesmos dos trabalhadores do mundo inteiro. O ataque do capitalismo, demitindo e retirando direitos dos trabalhadores acontece em todo o mundo. Na Volks do Brasil, da Bélgica, na Ford do Brasil, da Austrália, GM, etc, etc. A luta dos metalúrgicos deve fazer parte da luta mundial e histórica do proletariado para destruir o capitalismo, transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva.

Diante da crise de desintegração do capitalismo, a Oposição deve apresentar aos trabalhadores um programa classista, que tenha como base à defesa das reivindicações vitais dos explorados por meio da ação direta, das greves, das ocupações de fábricas etc. Um programa que se oponha à política de conciliação (acordos sem lutas) feitos pela direção do sindicato, que têm permitido aos patrões demitir, terceirizar, reduzir salários e direitos dos trabalhadores.

Em seguida, levantamos uma série de problemas aos quais a Oposição em seu programa deve responder. Problemas como o desemprego, as demissões, a redução de salários e direitos, a divisão dos metalúrgicos em vários grupos, a estatização e burocratização dos sindicatos etc. Como resposta a esses problemas defendemos que a Oposição faça uma campanha permanente em defesa das seguintes consignas:

1. Unidade dos metalúrgicos por meio da assembléia geral

A direção do sindicato dividiu os metalúrgicos em vários grupos: Montadoras, Autopeças, Fundição etc. Agora, os trabalhadores estão isolados. Não existe

campanha salarial unificada. A divisão enfraquece e impede que os operários resistam contra o ataque dos patrões. Frente à divisão defendemos: campanha salarial unificada, pauta única de reivindicação e assembléia geral de todos os metalúrgicos para impor aos patrões por meio da ação direta as reivindicações vitais dos explorados.

2. Independência dos sindicatos em relação ao patrões, Estado e governos burgueses.

3. Democracia Operária, que significa a soberania das assembléias, direito de expressão de todas as posições políticas com debate e votação das propostas.

4. Direito irrestrito de greve. Fim da intervenção da justiça burguesa na luta dos trabalhadores.

5. Emprego a todos por meio da escala móvel das horas de trabalho, que significa a divisão das horas produzidas entre todos os trabalhadores empregados e desempregados, sem redução de salários.

6. Salário mínimo vital, que atenda a necessidade dos trabalhadores e suas famílias e que seja calculado pelas assembléias de trabalhadores.

7. Expropriação e estatização de todas as multinacionais, empresas privadas, bancos, etc sem indenização e sob o controle dos trabalhadores.

Encaminhamentos da reunião

Como encaminhamento da reunião da Oposição, ficou determinada a distribuição mensal de um jornal da frente de Oposição mensal aos trabalhadores. Foi aprovado também que em cada edição do jornal serão explicadas duas das propostas do programa da Oposição. Além disso, responder também aos problemas gerais dos trabalhadores.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

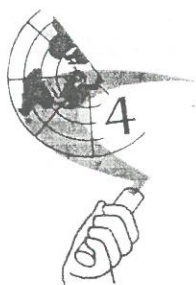
Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Nesta edição:

- Imperialismo intensifica opressão no Iraque
- Bolívia: Camiri, outro episódio no avanço das massas
- Ainda sobre Pinochet

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Imperialismo intensifica opressão no Iraque

Triplifica o número de assassinatos no Iraque

Nas últimas semanas, aumentou o número de mortes de civis e membros da resistência no Iraque. Em apenas dois, dias morreram mais de 100 iraquianos e mais de 150 ficaram feridos nos choques entre a resistência e os soldados das forças nacionais e imperialistas. De acordo com o jornal burguês "Post", que toma como base nas estatísticas do Ministério da Saúde iraquiano, o número de mortes saltou de 5640, no primeiro semestre de 2006, para cerca de 17 mil, no segundo semestre. Os conflitos tomaram intensidade após o anúncio do presidente Bush, com o aval dos democratas e do Congresso dos Estados Unidos, em enviar mais 25 mil soldados ao Iraque, sendo que já possui atualmente 140 mil soldados em território iraquiano.

Isso expressa duas questões presentes no Iraque: a primeira é a dificuldade das tropas do exército em conter a resistência dos iraquianos à opressão norte-americana desde 2003 e a incapacidade do imperialismo em fortalecer sua dominação através da formação de uma força armada nacional e a consolidação da democracia burguesa pró-imperialista no Iraque.

Assim, a única forma encontrada pelo presidente Bush, representante de uma fração da burguesia norte-americana, é impor urgentemente um banho de sangue na resistência. Para isso necessita que o Congresso, que também expressa os interesses do capital, aprove seu novo plano de financiamento para a guerra do Iraque e Afeganistão.

Congresso imperialista tende a financiar orçamento genocida

O presidente George Bush pediu ao Congresso que aprove sua proposta de orçamento para o ano fiscal de 2008, pois o Partido Republicano, a qual representa, saiu derrotado pelo Partido Democrata nas últimas eleições. O montante do orçamento proposto é de US\$ 2,9 trilhões, sendo que US\$ 624,6 bilhões será destinado para a área militar; deste valor, US\$ 145 bilhões para a guerra no Iraque e US\$ 100 bilhões para a do Afeganistão.

Esta enxurrada de dinheiro destinado para a guerra contra o "terrorismo", arrecadado dos impostos pagos pelos trabalhadores norte-americanos, será garantida através de cortes profundos nos serviços de saúde e previdência. A proposta estabelece a redução de US\$ 66 bilhões na economia nos próximos anos no programa de saúde Medicare (um plano voltado para 43 milhões de idosos e portadores de deficiência). Além disso, propôs reduzir US\$ 12 bilhões diminuindo o número de beneficiados pelo Medicaid (o programa de saúde que atende crianças e pessoas pobres). Está aí o resultado da guerra imperialista sobre os proletários norte-americanos, contenção de gastos enquanto a burguesia utiliza os recursos para saquear, assassinar e oprimir o povo iraquiano.

Caso este orçamento seja aprovado, fato que já é apontado como certo, o gasto total com financiamento de ações bélicas no Oriente Médio será de US\$ 745 bilhões (mais de R\$ 1,5 trilhões) desde os atentados de 11 de setembro de 2001. Maior que os gastos com a Guerra do Vietnã.

O que fica transparente com esta proposta é que o lucro obtido com a ocupação do Iraque pelo imperialismo supera inúmeras vezes o montante gasto na pró-

pria guerra. Sendo assim, qualquer risco de derrota para o governo norte-americano, representante dos interesses econômicos da burguesia, deve ser resolvido. Mesmo que patrocinando um genocídio histórico no Iraque. Isso demonstra que o capitalismo, em sua fase imperialista, atravessa uma crise estrutural que só pode ser superado com guerras e saque das nações semicoloniais.

Líderes pró-imperialistas defendem divisão do Iraque em zonas autônomas

O destacado líder pró-imperialista Abdel Aziz al Hakim, propôs a criação de um Estado federal no Iraque. Argumenta que a coexistência pacífica é a única maneira que acabar com a violência entre xiitas, sunitas e curdos. Defende a divisão do Iraque em 3 zonas distintas: uma no sul, que compreenderia as Províncias xiitas; uma no centro, que incluiria as Províncias sunitas e, por fim, um terceiro território, que compreenderia as Províncias curdas do nordeste do Iraque.

Os líderes sunitas se opõem a esta proposta, alegando que esta medida intensificaria os conflitos, pois seria "inaceitável a expulsão de xiitas e sunitas das zonas nas quais vivem" e acrescentou que "a única alternativa é a convivência e a fraternidade". (F.S.P. 29/01/07)

Esta proposta vem de encontro à do senador democrata Joe Biden e do presidente emérito do Council on Foreign Relations. Além disso, "o governo central" zelaria pela defesa das fronteiras, das relações internacionais e a alocação das divisas de petróleo. Bagdá, a capital, se tornaria uma zona federal". (F.S.P. 29/01/07)

Os conflitos existentes no Iraque atualmente são fruto da opressão exercida pelo imperialismo norte-americano desde 2003. A “violência” que se expressa é a resistência dos iraquianos oprimidos contra seu opressor. Não será uma proposta de divisão territorial que irá solucionar este problema. Portanto, deve ser

rechassada pela resistência iraquiana. Sendo assim, os massacres cotidianos revelados nas páginas da imprensa burguesa, o grande volume de dinheiro destinado pelos cofres norte-americanos à continuidade da guerra e as propostas dos fantoches defensores da presença imperialista no Iraque, somente serão

solucionados com a expulsão do opressor imperialista e de seus lacaios.

No entanto, isso somente se concretizará com a unidade de todo o povo oprimido do Oriente Médio, sob a bandeira da revolução proletária, com o fim da propriedade privada e a construção do partido revolucionário.

De Camiri.

Camiri, outro episódio no avanço das massas

Com o ocorrido em Camiri se encerra outro capítulo da atual etapa histórica em que as massas bolivianas vão comprovando as limitações do governo do MAS. Primeiro foram os trabalhadores da LAB, em seguida, os mineiros de Huancuni, depois a população de Cochabamba e, agora, os de Camiri. Todos eles estão experimentando na própria carne as limitações do atual governo. Mas, no

caso de Camiri a coisa foi mais clara. O governo lançou bala no povo para defender as petrolíferas. O argumento usado é que agora as empresas são bolivianas. Quanta mentira!

Os acordos para pôr fim nesse conflito, que pôs o governo contra a parede, mas que não se generalizou para o restante do país, não satisfaz os povoadores, que desesperadamente buscam que

Camiri não morra e que haja trabalho pela via da nacionalização efetiva dos hidrocarburetos.

A assinatura do convênio deixa a ilusão de que com a Vice-presidência e a gerência de exploração e exploração em Camiri, as coisas modifiquem. Sobre à industrialização se rebelou que estará a cargo de uma empresa em sociedade com PEDEVESA, Petroandina SAM.

Reproduzimos o voto resolutivo da cúpula de instituições e Comitê Cívico de Camiri

Os povos do Chaco reunidos no cume das montanhas para determinar o destino de nossos hidrocarburetos determinamos nossa posição ao Governo e a todo o povo da Bolívia.

Diante da falta de uma vontade política para nacionalizar os hidrocarburetos verdadeiramente e refundar uma YPFB operativo, os povos do Chaco em pé de luta decidem:

1.- Decretar no marco da unidade do Chaco iniciar uma luta frontal contra o Governo para o cumprimento da Lei 3058, que estabelece uma YPFB operativa com participação em toda a cadeia produtiva, para que explore, exporte, comercialize e industrialize por si mesmo os hidrocarburetos.

Exigimos que, a partir de 2 de fevereiro, o Governo refunde a YPFB de acordo com o estipulado na Lei 3058, com toda sua estrutura e seus recursos correspondentes a partir de

uma perspectiva operativa e não corporativa.

2.- *Pedir ao governo a reversão de todos os campos petrolíferos para que sejam explorados pela YPFB operativa.*

3.- *Exigir planos, programas e projetos de industrialização dos hidrocarburetos pela YPFB do Chaco para toda a Bolívia.*

4.- O Chaco boliviano não cessará em sua luta enquanto YPFB continue tomada pelos proeminentes entreguistas, que no passado foram operadores do processo de capitalização e que hoje se encontram manejando os destinos da YPFB.

As atuais autoridades, que têm a seu cargo o esboço da política hidrocarbórfica, como o Vice-ministro de Hidrocarburetos, William Donaire, e o presidente de YPFB operador do atual processo, Juan Carlos Ortiz, não têm capacidade

técnica suficiente, por isso pedimos sua destituição para que estes cargos possam ser ocupados pelos profissionais provenientes do Chaco e que tenham respaldo dos movimentos sociais desta região.

5.- A todos os representantes do Chaco manifestamos nossa plena convicção, no marco da unidade da região, da necessidade de pedir ao governo como reivindicação regional que o processo de refundação da YPFB se dê a partir das províncias produtoras de hidrocarburetos do Chaco boliviano com seus braços operativos em Camiri, Villamontes, Yacuiba, Macharetí.

6.- Exigimos do governo a transferência direta do Tesouro Geral da República dos recursos das regalías às subprefeituras

Chávez e a “revolução permanente”

Hugo Chávez é um caudilho ignorante e pretensioso. Como seu pupilo nativo, Evo Morales, de revolucionários não têm nada na pele; respeitam e defendem a grande propriedade privada burguesa dos meios de produção, mas isso não os inibe de falar, de vez em quando, do “socialismo”. Um “socialismo do século XXI, que Chávez coloca como transformação gradual para a propriedade social dentro da ordem burguesa. Com uma temerida-

de própria de leigo no marxismo, diz o que vem à cabeça sem entender nada.

Ocorre que, segundo uma entrevista da BBC Mundo a Alberto Garrido, analista político seguidor de Chávez, Chávez se declara nada menos do que seguidor de Trotsky.

“Cometeria-se um gravíssimo erro se se pensa que Chávez vai decretar o socialismo para que se instale no país em 24 horas.

Chávez inicia uma experiência que eu

creio que desde a União Soviética não se dava, que é o da internacionalização do conceito de revolução.

Ele já havia anunciado que o que se inicia é uma etapa de 14 anos, de 2007 a 2021 para instalar essa nova sociedade socialista.

Não devemos apressar-nos. Vamos ter anúncios permanentemente. (Chávez) diz: “eu sou trotskista”, no sentido da revolução permanente.”

Carlos Chirinos. BBC Mundo, Cara-

cas 18-01-2007

O pouco que podemos dizer é que Chávez, se leu Trotsky (coisa muito duvidosa), entendeu tudo ao contrário.

Trotsky, na "Revolução Permanente", explica como na época imperialista que vivemos, nos países atrasados as tarefas burguesas pendentes (desenvolvimento econômico, industrialização da produção em todos os campos da economia etc.) serão levadas a cabo pelo proletariado, sob a forma de propriedade social. Nesse senti-

do, a revolução burguesa e a socialista se fundem em um só processo sob o governo operário, o regime socialista. A revolução é burguesa (sem burguesia) pelas tarefas que deve resolver, socialista (propriedade social dos meios de produção) pela classe que as levará a cabo. A revolução é permanente na medida em que destrói o capitalismo, aprofunda o socialismo e se expande no plano internacional, para assim desenvolver-se a plenitude como revolução mundial.

Para Chávez, a coisa passa ser o contrário, como assinalamos acima: o socialismo se construiria paulatinamente (permanentemente?) no seio da propriedade privada, com a condescendência da burguesia.

¡Eis as tolices que inventam os reformistas para ludibriar os explorados!

Não será surpresa se a qualquer momento Evo, o imitador de Chávez, também saia com o rótulo de que é trotskista.

Extraído do Jornal Massas, nº2024, POR Bolívia

Ainda sobre Pinochet

Há um mês morreu o ditador Augusto Pinochet, que encabeçou o golpe militar de 1973 no Chile, o qual desencadeou uma brutal repressão aos movimentos, com a prisão, tortura e morte de dezenas de milhares. O movimento operário chileno e internacional devem tirar todas as lições dos acontecimentos do golpe e ditadura de Pinochet, que morreu sem pagar por todos os seus crimes de classe.

A morte do general Augusto Pinochet foi motivo para recordar o que foi o golpe militar de 11 de setembro de 1973, que derrubou o governo social-democrata de Salvador Allende, e para inúmeras reflexões jornalísticas, via de regra para ressaltar o valor da democracia e para, em alguns artigos, mostrar a importância da política econômica "modernizadora" do Chile. Não faltou, também, artigo que mostrasse o resultado nefasto do pinochetismo para os assalariados – extraordinária concentração de renda. Como não poderia deixar de ser, lembraram-se os 3.500 assassinatos e os 30.000 casos de tortura. Enfim, Pinochet liderou um golpe sangüinário e constituiu um governo militar fascista por 17 anos (1973 a 1990).

Falta ainda um dado que a imprensa brasileira se referiu à boca pequena: o golpe montado pelo almirante José Toribio Merino e brigadeiro Gustavo Leigh, encabeçado pelo comandante do exército Augusto Pinochet, foi arquitetado pelos Estados Unidos, por meio da CIA. A derubada do governo eleito, a instauração do governo totalitário e a mortandade devem ser atribuídas ao imperialismo. Os Estados Unidos retomaram as rédeas do País por meio do pinochetaço. Não por acaso o Chile foi a ponta de lança dos planos neoliberais (pró-imperialistas), arquitetado pelo Consenso de Washington. A ditadura de Pinochet preparou o caminho durante quase duas décadas.

O Plano Condor teve à sua frente justamente a ditadura chilena. Plano que serviu ao ciclo das ditaduras militares na

América Latina: Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai. Os Estados Unidos organizaram essa operação de combate aos movimentos sociais e de esmagamento das esquerdas – os nacionalistas e reformistas também tiveram de pagar uma cota de sangue.

Não faltaram reflexões sobre o fim do ciclo de Pinochet. De fato a ditadura estava esgotada em fins dos anos 80. Em 1988, o general foi obrigado a convocar um plebiscito para que os chilenos decidissem se prorrogariam ou não a vigência da ditadura. Pinochet recebeu um não. Estava aí encerrado o ciclo do governo pinochetista. Mas as heranças da ditadura não se foram com o fim desse ciclo.

Os democrata-cristãos, que serviram ao golpe, e os social-democratas (do PS, partido de Allende), que foram golpeados, voltaram ao poder, dando vivas à democracia. Mas agora assentados sobre os alicerces construídos pela ditadura. O exército é pinochetista, e continuará a sê-lo, claro que adaptado à democracia burguesa.

O governo de Michelle Bachelet lamentou que o general não tenha sido julgado. Os crimes de morte a mando de Pinochet são visíveis; e se descobriu que o homem roubou do País 27 milhões de dólares, que se encontram depositados nos Estados Unidos, com endereço e tudo. Mas Pinochet continuou intocado. Bachelet não deu honras de Estado ao sangüinário – o pai de Bachelet foi uma das vítimas -, mas o exército o velou com pompa de herói nacional.

Entretanto estas não são as principais

lições da história que 11 de setembro nos deixa. A mais importante de todas é que o golpe foi engendrado no seio mesmo do governo reformista de Allende. O governo social-democrata, do Partido Socialista - de frente popular -, que contou com apoio do estalinismo (Partido Comunista Chileno) e de maior parte da esquerda, pretendeu realizar uma política de estatização, sem, contudo, atingir o sistema geral de propriedade capitalista. O golpe pró-imperialista de Pinochet resultou do fracasso da política reformista da social-democracia e do governo de frente popular, que é de colaboração de classe.

A Unidade Popular (UP) manteve a classe operária e os camponeses presos à política de reformas burguesas. Por isso mesmo, o governo de Unidade Popular permaneceu submetido ao aparato militar de defesa da grande propriedade capitalista e subordinado, em última instância, às potências, principalmente aos Estados Unidos. Se a morte de Pinochet enseja um balanço histórico do golpe sangrento, a lição fundamental é que o reformismo burguês é impotente diante dos monopólios e leva os trabalhadores à derrota.

É necessário que a vanguarda militante chilena vá a fundo no balanço do golpe sangrento de Pinochet para constituir o partido da revolução proletária. Está colocada a tarefa de construir o programa de destruição do capitalismo, com o qual a militância organizará a classe operária contra a burguesia, os partidos patronais, o estalinismo e o reformismo social-democrata. O pinochetismo será definitivamente erradicado com revolução social.